



Senado aprova fundo para financiamento de campanha

Para valer em 2018, o fundo ainda precisa ser aprovado pela Câmara. Senadores divergiram sobre o substitutivo apresentado em Plenário



Cássio Cunha Lima, Eunício Oliveira, e João Alberto Souza à mesa da sessão: apesar das divergências, projeto foi aprovado em Plenário por votação simbólica

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha será composto por 30% das emendas apresentadas por parlamentares ao Orçamento e pelo montante referente à compensação fiscal que a União paga às emissoras por propaganda partidária, que será extinta. Caso aprovado pela Câmara até 7 de outubro, o fundo valerá em 2018, com cerca de R\$ 1,7 bilhão.

O substitutivo de Armando Monteiro ao projeto de Ronaldo Caiado gerou polêmica em Plenário. Para alguns senadores, o financiamento público garante a democracia. Para outros, penaliza as áreas sociais. **3**

Ministro: venda dará eficiência à Eletrobras **4**

Embaixada do Brasil na Armênia terá novo titular **5**

Eunício apoia plano para beneficiários do Bolsa Família **2**

Operadoras devem garantir cobertura móvel em estrada **7**

Indicado para a Ancine critica MP do setor **8**



Ataídes Oliveira preside a comissão mista que investiga a empresa

CPI da JBS quebra sigilos do ex-procurador Marcelo Miller

Dados bancários, telefônicos e do e-mail deverão ser fornecidos à comissão. Miller deixou de ser procurador para advogar no escritório que negociou a delação dos donos da JBS com a Procuradoria-Geral da República. **4**

Relator apresenta novo texto para regulamentação do Uber

O projeto que regulamenta serviços de transporte por aplicativos como o Uber recebeu um texto substitutivo do relator, Pedro Chaves. Foi pedida vista coletiva da nova redação e, nos próximos dias, pode ser aprovado pedido de urgência para que, após

a análise da Comissão de Ciência e Tecnologia, o projeto siga diretamente ao Plenário.

Para evitar burocratização, o texto de Chaves libera os motoristas do aplicativo da obrigatoriedade de ter autorização concedida pelo poder público. **7**



Presidente da CCT, Otto Alencar dirige reunião em que Chaves leu relatório



Deputada Geovania de Sá e Flexa Ribeiro, durante audiência da comissão

Empresas dizem que medida reduz burocracia para mineração

Em audiência feita pela comissão da medida provisória que altera regras para a pesquisa mineral, representantes das empre-

sas disseram que o modelo previsto na MP favorece o aumento da produtividade, reduz burocracia e aumenta a transparência do setor. **6**

Renan condena decisão do STF que afastou Aécio Neves

Para o senador alagoano, a Primeira Turma do tribunal não poderia ter tomado essa decisão porque ela não tem amparo na Constituição. Ele cobrou dos senadores que não se calem diante do fato. **3**

Parlamentares terão R\$ 14,7 mi em emendas individuais

Cada parlamentar terá direito a R\$ 14,7 milhões em emendas individuais em 2018, define relatório aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Ao menos metade do valor irá para ações em saúde. **5**

BB e Correios tentam evitar fim de bancos postais **5**

Agricultores pedem acesso mais fácil a tecnologias **7**

Livros do Senado esgotam na Bienal do Rio **2**



Eunício (4º à dir.) assiste a Temer discursar no lançamento do Plano ProgreDir, para usuários do Bolsa Família

Eunício comemora Plano ProgreDir, lançado ontem

O programa vai oferecer qualificação e microcrédito para emancipar 1 milhão de inscritos no Bolsa Família e no Cadastro Único para Programas Sociais. O governo prevê gastar R\$ 3 bilhões ao ano

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, elogiou o Plano ProgreDir, do governo federal, destinado a capacitar e emancipar financeiramente famílias beneficiárias do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o plano vai oferecer ações de qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho.

— Não é para extinguir o Bolsa Família, é para fazer com que essas pessoas que, não tendo outra oportunidade, recebem hoje o Bolsa Família possam, efetivamente, progredir na vida — disse Eunício.

Microcrédito

O ProgreDir vai oferecer R\$ 3 bilhões por ano em linhas de microcrédito para que famílias de baixa renda desenvolvam o próprio negócio. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, o programa poderá emancipar

até 1 milhão de famílias nos próximos 24 meses.

O programa vai oferecer assistência técnica e ações de inclusão financeira a 1,7 milhão de trabalhadores autônomos. Está prevista a criação de 1 milhão de vagas para qualificação profissional em cursos do Pronatec Oferta Voluntária.

O ProgreDir ainda terá um prêmio para valorizar as melhores iniciativas municipais de geração de renda e de inclusão das pessoas inscritas no Cadastro Único no mercado de trabalho. As prefeituras poderão inscrever até três projetos no concurso.

Juros baixos

Eunício também comemorou a parceria firmada entre o Banco Central e bancos públicos e privados, que permitirá a oferta de microcrédito com juros baixos. Segundo o presidente do Banco do Nordeste, Marcos Costa Holanda, os juros do microcrédito cairão em até 10%. E algumas linhas

poderão ter juros de 1% ao mês.

O ProgreDir também contará com estudos, pesquisas, formulação e ações na área de microcrédito, inclusão, educação e cidadania financeira, feitos por meio de acordo firmado entre o MDS, o Banco do Nordeste, Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

MP

No evento no Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer também assinou medida provisória que altera o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Eunício comemorou o programa.

— Estou muito feliz porque essa foi uma luta que não é de hoje, essa luta vem de lá de trás com o ministro Osmar Terra e com outras autoridades e convencemos o presidente de que esse era um programa extremamente importante.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Bezerra apoia nova ação que incentiva empreendedorismo

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) disse que o Plano ProgreDir, lançado pelo governo ontem, será uma saída para 13 milhões de brasileiros assistidos pelo Bolsa Família, que poderão participar de cursos de capacitação e receber noções de empreendedorismo. Os financiamentos individuais serão de até R\$ 15 mil.

— Isso levará à possibilidade de termos empreendedores, sobretudo na área dos pequenos negócios, como serviços de cabeleireiro e restaurantes, atividades geradoras de emprego.



Moreira Maniz/Agência Senado

Para Gleisi, Lula será absolvido na segunda instância

Gleisi Hoffmann (PT-PR) citou no Plenário a absolvição do ex-tesoureiro do seu partido João Vaccari Neto pela Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Para a senadora, o ex-presidente Lula foi condenado sem provas pela primeira instância e também deverá ser absolvido na segunda instância.

— Tenho certeza que o TRF-4, assim como fez com João Vaccari Neto, o fará com o presidente Lula. Não é possível que um homem inocente seja condenado, que um processo sem provas leve à condenação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Justiça do Trabalho não pode ser extinta, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) citou um artigo em que a juíza do Trabalho Valdete Souto Severo afirma que não passam de “discurso vazio” as afirmações de que a reforma trabalhista vem para modernizar a legislação e gerar emprego.

Paim ressaltou que, para a juíza, as mudanças são ilegais, imorais e inconstitucionais e seguem a lógica de um capitalismo predatório que visa fazer do Brasil um novo Haiti.

Paim advertiu: — É o que pretendem: acabar com a Justiça do Trabalho.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado registra participação recorde na Bienal do Livro

O Senado vendeu na Bienal do Livro do Rio, realizada de 31 de agosto a 10 de setembro, 3.296 exemplares, por um total de R\$ 42.796. Segundo Ricardo Marinho, chefe de gabinete da Secretaria de Editorações e Publicações (Segraf), houve aumento nas vendas de mais de 100% em relação à feira anterior. Os livros, editados pela Coordenação de Edições Técnicas e pelo Conselho Editorial, praticamente se esgotaram antes do término do evento.

— Nunca houve tamanha demanda por nossos títulos em feiras do livro. Isso se deve, em grande parte, ao excelente

custo-benefício das obras publicadas pela Segraf. São obras de qualidade, desde sua concepção até o produto final, vendidas a preço de custo — disse Marinho.

O estande foi montado em parceria com a Câmara dos Deputados. No total, somando os livros da Câmara, foram vendidos 12.974 exemplares, no valor de R\$ 80.670.

O dia de maior movimento no estande, de acordo com Ricardo Marinho, foi o sábado do dia 2 de setembro. Nesse dia, foram vendidos mais de 3 mil exemplares — uma média de um livro a cada 15 segundos.



Ricardo Abili Mourinho/Segraf

Mais de 1 milhão de pessoas circularam pela bienal no Rio de Janeiro

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CPI DOS MAUS-TRATOS Ministros**
9h Audiência interativa com os ministros da Saúde e do Desenvolvimento Social.
- CTEC Segurança em eventos esportivos**
9h Na pauta de 14 itens, o PLS 457/2016, que prevê o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos.
- CAS Isenção para motociclistas**
9h30 O PLS 344/2016, que isenta de impostos equipamentos de segurança para motociclistas, é um dos 13 itens.
- CDR Cobrança de bagagens**
9h30 Audiência interativa para discutir a nova política de cobrança de bagagens.
- MP 791/2017 Agência para mineração**
9h30 A comissão da MP, que cria a Agência Nacional de Mineração, faz audiência.
- CCJ Redução da maioria penal**
10h Entre 42 itens, a PEC 33/2012, que trata da redução da maioria penal.
- CE A Previdência e a educação**
10h30 Audiência sobre impactos da reforma da Previdência na educação.
- CDH Brinquedos para deficientes**
11h O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings, está na pauta de 18 itens.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, a PEC 24/2012, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Segurança.
- CAE Custo Brasil**
14h30 Audiência sobre o custo Brasil.
- LEI KANDIR Governadores**
14h30 Debate com vários governadores.
- MP 794/2017 Revogação de MPs**
14h30 Instalação da comissão da MP, que revoga três medidas provisórias.
- PARLASUL Integração educacional**
14h30 Na pauta de 4 itens, a MSG 217/2017, sobre protocolo de integração educacional.
- MP 795/2017 Tributação para o petróleo**
14h40 Instalação da comissão da MP, que muda tributação do setor petrolífero.
- MP 797/2017 Saque do PIS-Pasep**
14h50 Instalação da comissão da MP, que libera saques do PIS-Pasep.
- CONSELHO DE ÉTICA Relatório**
15h Denúncia contra Lindbergh Farias.
- MP 798/2017 Regularização tributária**
15h Instalação da comissão da MP, sobre regularização tributária.
- MP 790/2017 Regras para mineração**
16h A comissão da MP, sobre novas regras para mineração, faz debate.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

Plenário aprova fundo eleitoral de R\$ 1,7 bilhão

Segundo o projeto, o fundo será composto por 30% dos recursos de emendas parlamentares e pelo dinheiro do fim da isenção fiscal dada a emissoras por propaganda partidária

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, composto por 30% das emendas impositivas apresentadas pelas bancadas de deputados e senadores ao Orçamento Geral da União. O projeto precisa ser aprovado pela Câmara até 7 de outubro para valer nas eleições de 2018.

O substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE) ao PLS 206/2017, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), também extingue a propaganda partidária e transfere para o fundo o dinheiro da compensação fiscal que a União paga às emissoras pela veiculação dos programas. A estimativa é que o fundo tenha R\$ 1,7 bilhão em 2018.

— Em 2014, a soma dos gastos declarados pelos candidatos superou R\$ 6 bilhões em valores de hoje. Em nossa proposta, esse montante não alcançará R\$ 2 bilhões. Abaixo desse valor, restaria seriamente comprometido o financiamento eleitoral — argumentou o relator.

Mas Caiado defendeu o texto original e criticou o uso de emenda parlamentar para financiar campanha eleitoral:

— Qual é o teto? Qual o limite máximo do fundo de campanha? Olha a gravidade: são emendas de bancada! Estamos punindo 5,5 mil prefeitos no Brasil que não têm como sobreviver sem as emendas de bancada. Saúde, educação e infraestrutura, todas essas áreas serão penalizadas.

O relator decidiu preservar o horário eleitoral gratuito, que seria extinto pelo texto de Caiado. Armando Monteiro também manteve as duas inserções anuais dos partidos no rádio e na TV, com duração de 30 segundos ou um minuto.

O substitutivo não obteve consenso e a votação foi simbólica, sem voto nominal. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu o financiamento público:

— Não são R\$ 2 bilhões que vão afetar o Orçamento federal, mas podem financiar as eleições com transparência.

Humberto Costa (PT-PE) também apoiou a proposta:

— O que querem alguns aqui é a volta do financiamento privado, é a volta do caixa dois, é a volta das empresas apoiando parlamentares para depois fazerem chantagem contra eles.

Já Renan Calheiros (PMDB-AL) classificou o substitutivo como “uma loucura”:

— Não há dinheiro para programa social, mas o Congresso aprova dinheiro público para financiar campanha eleitoral.

Cristovam Buarque (PPS-DF) também se manifestou contra:

— Estamos desenterrando um fundo público que a Câmara enterrou por pressão popular. Estamos cometendo

um suicídio moral.

Depois de o Plenário aprovar o texto-base do substitutivo, Caiado tentou incluir o fim do horário eleitoral gratuito. Mas o destaque foi rejeitado.

Distribuição

O substitutivo define a distribuição dos recursos do fundo entre os partidos: 2% serão divididos igualmente entre todos os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; 49%, na proporção de votos obtidos pelos partidos na Câmara; 34%, segundo o número de deputados; 15%, segundo o número de senadores.

O texto estabelece ainda regras para a divisão do di-

nheiro em cada partido: 30% dos recursos serão rateados de modo igualitário entre todos os candidatos a um mesmo cargo em cada circunscrição.

Os partidos poderão definir como distribuir o restante do dinheiro, desde que a decisão seja tomada pela maioria absoluta da executiva nacional. Caso não chegue a um acordo, a legenda deverá respeitar critérios previstos no projeto: 50% para as campanhas para presidente, governador e senador; 30%, para deputado federal; 20%, deputado estadual e distrital. Nos municípios, 60% dos recursos ficam para campanha para prefeito e 40%, para vereador.

Antes da votação, Eunício reúne líderes de partidos para tentar acordo

Antes da votação em Plenário, ontem à tarde, o financiamento das campanhas eleitorais foi discutido em um almoço dos líderes partidários com Eunício Oliveira, na residência oficial do presidente do Senado. Durante o encontro, os líderes tentaram chegar a um acordo para aprovar a proposta a tempo de valer para as eleições de 2018.

Ao sair da reunião, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que os líderes não tinham conseguido chegar a um consenso e que as sugestões seriam discutidas no Plenário.

Prazo curto

Também ontem, Eunício participou de um encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e com os parlamentares que relatam propostas sobre o custeio das eleições nas duas Casas. Eles discutiram prazos de votação.

— Estamos negociando para encontrar um caminho. Não adianta aprovar matéria no Senado que vai ficar encalhada na Câmara. O prazo é muito curto. Tem que haver entendimento entre as duas Casas. Mas votar não depende apenas da pauta, do presidente ou do relator. Depende também do Plenário — disse Eunício.

Emendas

Durante a discussão do texto em Plenário, diversos senadores apresentaram emendas ao projeto, propondo fontes alternativas para o custeio das eleições.

Algumas das proposições sugeriam que o fundo fosse constituído por parte dos subsídios e da verba indenizatória de senadores e deputados, e também dos recursos do orçamento do Senado e da Câmara não empenhados até o fim do ano.



Ronaldo Caiado, autor do texto original, e Armando Monteiro, relator: senadores divergiram sobre o substitutivo



Para Reguffe, verba pública para eleição mascara problemas

Reguffe (sem partido-DF) declarou voto contrário à proposta de criação de fundo público para custear campanhas eleitorais.

O senador entende que as candidaturas devem ser financiadas exclusivamente por doações de pessoas físicas, dentro de limites determinados.

— Se se consegue, de forma criativa, juntar 3,5 bilhões de reais para criar esse fundo, acabou a desculpa de que falta dinheiro neste país. Com tantos problemas no país, como é que dá para imaginar que vão criar um fundo de 3,5 bilhões?



Telmário critica rapidez para votar fundo eleitoral

O senador Telmário Mota (PTB-RR) criticou a falta de tempo para análise do projeto que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (PLS 206/2017).

— Eis que, de repente, depois de um maremoto nos gabinetes, com direito a reviravolta de filme, na relatoria, o projeto surge das profundezas do oceano, não como um peixe grande que já era, mas como um verdadeiro monstro marinho, enorme e cheio de dentes. Este é o substitutivo atualmente em discussão — protestou.



Mudanças não atingem participação feminina, diz Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) lamentou que a reforma política não possibilite o aumento da participação feminina. É mais uma oportunidade perdida, disse, para mudanças realmente estruturais nas relações político-partidárias.

Ela também alertou para o risco do retorno da participação de empresas no financiamento das campanhas.

— A realidade tem mostrado que grande parte dos malfeitos é exatamente por conta do financiamento privado de campanha — disse.



Renan reprova decisão do STF de afastar Aécio Neves do mandato

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) criticou na noite de ontem a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, que, por 3 votos a 2, afastou Aécio Neves (PSDB-MG) do exercício de seu mandato e determinou que ele permaneça em casa durante a noite. Renan disse que o Senado não pode se calar diante desse fato.

— Não podemos permitir

que uma turma do Supremo Tribunal Federal, seja a que pretexto for, afaste um senador e rasgue a Constituição.

O afastamento foi pedido pela Procuradoria-Geral da República no inquérito em que o tucano foi denunciado por corrupção passiva e obstrução de Justiça, com base nas delações premiadas do grupo J&F.

Por outro lado, a Primeira

Turma negou, por unanimidade, o terceiro pedido de prisão preventiva de Aécio feito pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot.

Em junho, Aécio Neves foi denunciado por Janot por corrupção passiva e obstrução de Justiça, acusado de receber R\$ 2 milhões em propina do empresário Joesley Batista, que gravou conversas com o senador em ação contro-

lada pela Polícia Federal. O dinheiro teria sido solicitado por Aécio para cobrir despesas com advogados. Em troca, ele teria oferecido influenciar na escolha de um diretor da mineradora Vale.

O senador nega as acusações. Sua principal linha de defesa no processo é a de que a quantia que recebeu de Joesley foi um empréstimo pessoal, numa operação legal.



Senador afirma que afastamento não está previsto na Constituição

CPI autoriza quebra de sigilo de Marcello Miller

Ex-procurador deixou o cargo para atuar em um escritório que negociou a delação da JBS com a Procuradoria-Geral da República. Colegiado ouviu ex-presidente do BNDES na terça-feira

EM REUNIÃO NA tarde de ontem, a CPI mista da JBS aprovou uma série de requerimentos com pedidos de informação e quebra de sigilos telefônico e bancário. O colegiado aprovou a quebra do sigilo bancário, telefônico e do e-mail do ex-procurador da República Marcello Miller — que deixou de ser procurador para atuar em um escritório que negociou a delação da JBS com a Procuradoria-Geral da República (PGR). Também foi aprovado o requerimento que pede os dados das ligações telefônicas, a partir de janeiro de 2015, de Ricardo Saud e Joesley Batista, ambos do grupo JBS.

Um dos requerimentos aprovados pede ao BNDES o levantamento detalhado de todos os empréstimos feitos ao Grupo J&F, que controla a JBS. Outro requerimento aprovado pede ao BNDES cópias de todas as transações financeiras

com a JBS ou com a J&F, entre os anos de 2007 e 2016.

O presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), informou que marcou para terça-feira, às 9h, a oitiva do ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho. Para o mesmo dia e horário também está marcada a oitiva de Marcio Lobo, advogado dos acionistas minoritários da JBS.

Operação Greenfield

Para quarta-feira, às 9h, está marcada a oitiva do advogado da JBS, Willer Tomaz, e do procurador do Ministério Público Federal Ângelo Goulart Villela. Conforme a justificativa do requerimento, o procurador foi acusado de ter atuado como infiltrado na força-tarefa da Operação Greenfield, em troca do recebimento de suborno com origem na empresa JBS.

As oitivas estavam marcadas, inicialmente, para esta semana. No entanto, por problemas



O relator da CPI, deputado Carlos Marun, e o presidente do colegiado, senador Ataídes Oliveira, durante reunião

de agenda dos convocados, houve a necessidade de remarcação para a semana que vem.

Quarentena

Ataídes anunciou a apresentação de um projeto (PLS 341/2017) para regulamentar a quarentena para ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público. Pela proposta do senador, juízes e procuradores terão de ficar três anos sem

exercer a advocacia depois de deixarem seus cargos públicos. O objetivo é evitar o uso de informações privilegiadas no exercício profissional. Se já existisse essa lei, argumentou Ataídes, não haveria o caso do ex-procurador Marcello Miller.

— Não há razão para essa matéria já não ter sido regulamentada. Não podemos continuar caminhando na contramão dos fatos — decla-

rou o senador, acrescentando que vai pedir urgência para seu projeto.

A CPMI, composta por 17 senadores e 17 deputados, foi criada para investigar supostas irregularidades envolvendo a empresa JBS em operações realizadas com o BNDES, ocorridas entre os anos de 2007 e 2016. O acordo entre a PGR e a JBS também é objeto de investigação da CPMI.

Para Ministro de Minas e Energia, privatização dará mais eficiência à Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, defendeu ontem a privatização da Eletrobras e refutou a opinião de que o governo quer apenas gerar caixa em momento de crise ao promover a venda da empresa. A Eletrobras é a 16ª maior geradora de energia do mundo, com produção 47 gigawatts em 239 usinas.

Segundo o ministro, o que se pretende, entre outros

motivos, é assegurar ganhos de eficiência para a holding, fortalecer a segurança energética no país, expandir o sistema elétrico e gerar mais empregos.

Fernando Coelho Filho participou de audiência pública promovida pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI). O ministro rejeitou ainda avaliações de que o processo está sendo conduzido de modo improvisado.

— Não estamos vendendo na “bacia das almas” ou “a preço de banana”, como muitos querem dizer. Muito pelo contrário, a ideia que estamos propondo é que o governo não venda nenhuma de suas ações. Queremos, sim, que o governo perca o controle da empresa e, com isso, que ela possa ter um novo tipo de governança e de gestão.

Modelo

Ao longo de quatro horas, o ministro debateu com senadores o formato da futura operação de transferência do controle da estatal.

A ideia central é ofertar 14 usinas hidrelétricas que voltaram ao patrimônio da União, embora ainda operadas pelas antigas concessionárias (Chesf, Furnas e Eletronorte), por meio de contrato.

A Eletrobras terá preferência para compra, mas para isso terá que captar recursos no mercado por meio de lança-



Fernando Coelho Filho e Eduardo Braga em audiência sobre a Eletrobras

mento de novas ações.

O que se pretende, explicou o ministro, é que ao fim haja uma diluição da participação estatal no capital da empresa, com redução para menos de 50%.

— Se a opção que for exercida pela empresa for insuficiente para a perda do controle, aí sim poderá ser pensada a venda de algumas ações. Porque o que vai agregar valor à empresa não é a União entregar os ativos, não é a União vender as suas ações, o que vai agregar valor à empresa é a gestão sair da mão do público e ir para o privado — disse.

Veto

Mesmo depois de ficar com participação minoritária no capital da Eletrobras, o governo terá poder de veto na em questões estratégicas, assegurou Bezerra Filho. Isso será possível, de acordo com ele, porque o governo manterá ações classe especial que as-

segura esse poder, a chamada *golden share*.

O presidente da CI, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu a medida, mas assinalou que iniciativa do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, contradiz a intenção.

— O ministro Meirelles anda dizendo que o governo quer o fim da *golden share*, pois entende que o poder de veto é malvisto no mercado e tem efeito negativo sobre o valor dos ativos — disse Braga. O senador informou ainda que o Ministério da Fazenda enviou consulta sobre o tema ao Tribunal de Contas da União.

Tarifas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o projeto de privatização provoca temores, inclusive em relação ao aumento das tarifas de energia.

— Estamos andando na contramão. Privatizar a Eletrobras significa um golpe

contra o Estado brasileiro e contra a população. Vamos mobilizar a população e o governo também vai ter que recuar — afirmou a senadora.

Fernando Bezerra, ao manifestar posição divergente em relação a Vanessa, disse que a “democratização” do capital da estatal abre espaço para modernização da empresa, o resgate de sua governança, a melhoria da eficiência e a retomada dos investimentos em setor importante para o desenvolvimento nacional.

Jorge Viana observou que diversos países desenvolvidos, a exemplo do Canadá e dos Estados Unidos, mantêm forte participação estatal no setor elétrico. Segundo ele, no pior momento da existência da Eletrobras, o governo quer privatizar a empresa em troca de “algumas bananas”.

— Vossa excelência pode entrar para a história como o gestor de um sistema que tinha problemas, que estava doente, mas que o entregou morto — disse, em referência ao ministro.

Renan Calheiros (PMDB-AL) associou o anúncio da privatização às expectativas do mercado financeiro por medidas que ajudem o equilíbrio fiscal, com a entrada de mais recursos no Tesouro. A seu ver, o processo está sendo “improvisado”.

— Vender na bacia das almas não é algo que vá atender interesse nacional — frisou Renan.

Privatizar energia põe país em risco, diz Roberto Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que, se a venda da Eletrobras for concretizada, aumentará o risco de racionamento de energia elétrica no Brasil. O senador enfatizou que todos os países desenvolvidos consideram a energia como estratégica. Requião citou China e Estados Unidos, que, segundo ele, têm controle sobre a produção de energia, pois consideram que a soberania passa pelo domínio dos fatores de desenvolvimento. Ele disse ainda que não é racional privatizar por R\$ 20 bilhões uma empresa com recebíveis de R\$ 40 bilhões, ativos de R\$ 400 bilhões e receita líquida anual de R\$ 60 bilhões.



Roberto Requião

Deputados e senadores poderão usar os recursos em até 25 emendas individuais e ao menos metade do total deve ir para ações de saúde

Comissão aprova emendas no valor de R\$ 14,7 mi para cada parlamentar

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas com diretrizes e orientações para análise de emendas à proposta orçamentária de 2018. O texto estabelece que cada parlamentar terá direito a R\$ 14,7 milhões para serem usados em até 25 emendas individuais.

O valor é referente a 1,2% da receita corrente líquida arrecadada em 2016, corrigida pela inflação (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado — IPCA) de julho de 2016 a julho de 2017, de acordo com definição da Emenda Constitucional 95, do Teto de Gastos. Cada parlamentar deve destinar ao menos a metade do valor de suas emendas para ações e serviços públicos de saúde.

Para as emendas obrigatórias de bancada estadual, serão destinados até R\$ 162,5 milhões. Esse valor é estimado e será definido pelo relatório preliminar da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA)



O presidente da CMO, senador Dário Berger (à mesa, à esq.), em reunião que avaliou relatório sobre emendas

para 2018 (PLN 20/2017). Isso porque parte desses recursos (R\$ 4,38 bilhões) poderiam ir para financiar as eleições de 2018, como ficou previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem (Lei 13.473/2017).

Ainda não houve consenso sobre o uso desses recursos para o fundo, nem se o fundo será criado. Para o senador Jorge Viana (PT-AC), o repasse do dinheiro das emendas ao

fundo pode impactar muitas prefeituras. Ele lembrou que as emendas parlamentares são parte importante das fontes de renda das prefeituras.

Ambulâncias

O líder do PT na comissão, deputado Bohn Gass (RS), questionou a destinação de ambulâncias aos municípios ser condicionada à indicação de parlamentares.

— O dinheiro é público e não

é possível esse critério.

Segundo o líder do governo, deputado André Moura (PSC-SE), o critério é técnico e leva em conta questões como o total de habitantes por município.

— A distribuição será republicana, tentando atender todos os municípios.

A proposta do Executivo sobre as ambulâncias deve chegar hoje ao Congresso, com previsão de 6 mil unidades.

Da Agência Câmara

Brasil terá novo embaixador na Armênia

Foi aprovada ontem pelo Senado a indicação de Agemar de Mendonça Sanctos para a embaixada em Ierevan, a capital da Armênia.

Sanctos ingressou na carreira diplomática em 1977 e, entre outras funções, foi diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016.

O diplomata foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) no fim de agosto. Para os senadores, Sanctos destacou que a atual orientação econômica da Armênia prioriza, entre outros setores, o desenvolvimento da agricultura e que, em razão disso, o governo daquele país demonstra interesse em aprofundar seus laços econômicos com o Brasil.

Sanctos reconheceu que o intercâmbio comercial Brasil-Armênia ainda é pequeno, cerca de US\$ 40 milhões por ano. Mas disse que a tendência tem sido de crescimento.

Correios e BB tentam acordo para impedir fim de bancos postais

Os comandos do Banco do Brasil e dos Correios ainda não chegaram a um acordo para impedir o fim dos serviços de banco postal. O assunto foi tema de audiência ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Os Correios ameaçam acabar com a atividade em quase 2 mil agências em cidades e estados onde há obrigação legal de manter vigilantes armados. A estatal alega que não tem como arcar com os custos, principalmente em lojas deficitárias.

— Fechar significa destruir o comércio local, punir o aposentado, afetar brutalmente a economia. Temos consciência disso. Tomamos decisão doída, a contragosto — admitiu o presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Guilherme Campos.

Segundo ele, atualmente há 6.045 unidades dos Correios com serviço de banco postal, das quais 5.062 dão prejuízo. Campos informou que das 1.979 agências operando em locais com obrigatoriedade de segurança armada, 1.558 são deficitárias.

— Não temos capacidade financeira

de assumir pagamento de vigilantes. Mas é bom esclarecer que vamos encerrar apenas a atividade bancária. As agências continuarão abertas, cumprindo sua função de universalizar os serviços postais — garantiu.

Negociação

O vice-presidente do Banco do Brasil, Walter Malieni Júnior, disse que as duas instituições estão tratando do assunto e há propostas sendo estudadas. O BB, acrescentou, estaria disposto a dividir com os Correios o custo de R\$ 8 milhões mensais para bancar a segurança das 1.979 agências.

A proposta apresentada pelo deputado Júlio César (PSD-PI) não foi aceita pelo presidente dos Correios. Mas Malieni disse que há alternativas sendo analisadas.

O BB começou a operar a atividade bancária nas agências postais em 2011, quando venceu a disputa com bancos privados. O contrato terminou no fim de 2016, quando foi feito novo leilão. Na época, não apareceram interessados em explorar o serviço. Desde então, o

BB tem operado o sistema por meio de um acordo.

Sem serviço

A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), afirmou ser inadmissível o fim dos bancos postais. Deu o exemplo do problema no seu estado, onde 130 das suas 167 cidades ficarão sem acesso a qualquer tipo de serviço bancário. Disse desconfiar que, por trás da iniciativa, esteja a estratégia de privatizar a estatal.

— Inclusão bancária significa promover o acesso de milhões de brasileiros aos serviços básicos. São tarefas simples, mas essenciais, como depósitos, saques, abertura de contas e pagamentos. Parceria tão virtuosa como essa não pode morrer — afirmou.

Elmano Férrer (PTB-PI) e deputados do Nordeste que participaram da audiência afirmaram que estatais como o BB e a ECT não podem agir visando somente ao lucro, deixando de lado compromissos sociais. Eles pressionaram por solução ainda durante a reunião, mas não obtiveram sucesso.

A atual greve de parte dos funcionários dos Correios também foi abordada na audiência. O secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect), José Rivaldo da Silva, esclareceu que a paralisação não ocorre apenas por melhores salários, mas também pelo enxugamento das agências, demissões, ameaça de privatização e modificações no plano da saúde. Em resposta, o presidente dos Correios disse que a greve beneficia concorrentes que atuam fora do serviço monopolizado da estatal.

Senadores discutem cobrança de bagagem despachada em avião

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debaterá em audiência hoje, às 9h30, a nova política de cobrança de bagagens no transporte aéreo. O pedido de realização da audiência foi feito pela vice-presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA).

Foram convidados o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, o presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, e o secretário nacional de Aviação Civil, Dario Rais Lopes.

Também foram convidados o secretário nacional de Defesa do Consumidor, Arthur Luis Mendonça Rollo, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, e a presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilene Lazzarini.

A dinâmica de despacho de bagagens foi alterada por uma resolução da Anac e a possibilidade de redução do preço das passagens aéreas foi alegada como justificativa para a cobrança. Dados da Abear indicam que o preço médio das passagens caiu entre 7% e 30%.

O Senado aprovou o PDS 89/2016, do senador Humberto Costa (PT-PE), que susta a decisão da Anac. A proposta seguiu para a Câmara, mas ainda não foi votada pelos deputados.



Fátima conduz audiência que ouviu Malieni, do BB, Campos, dos Correios, e o sindicalista Silva

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Para empresas, MP desburocratiza mineração

Em audiência, debatedores apontaram benefícios da medida provisória em análise no Congresso, como favorecer o aumento da produtividade e promover a transparência

CONVIDADOS DE UMA audiência pública feita ontem defenderam a revisão do Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967). O debate foi promovido pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 790/2017, que altera regras para a pesquisa mineral.

Para o representante da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral, Luís Maurício Azevedo, as alterações feitas pela MP na legislação favorecem o aumento da produtividade, reduzem a carga burocrática e promovem transparência no trato dos títulos minerários.

— Buscamos aumentar as descobertas e diversificar a fase produtiva e a base empresarial, em um país concentrado nas pequenas commodities. O Brasil ocupa o 69º lugar na questão de atratividade e regulação devido a questões que precisam ser resolvidas — afirmou.

Entre os pontos positivos da MP, Azevedo citou a possibilidade de renúncia parcial do título de mineração e de aproveitamento de substâncias associadas e a alteração do prazo de validade do alvará de pesquisa.

Azevedo, porém, defendeu o aprimoramento de questões relacionadas



Senador Flexa Ribeiro (2º à dir.), que é o relator da medida provisória, participa da audiência

a licenças ambientais — “não entendemos por que precisamos renovar isso a cada seis meses” — e a aplicação de multas proporcionais ao faturamento da empresa, “e não às circunstâncias”.

O representante do Ministério de Minas e Energia no debate, Vicente Humberto Lôbo Cruz, ressaltou que a mineração representa 20% da balança

comercial brasileira e 4% do PIB.

Cruz disse que o setor de mineração tem comprometimento socioambiental e afirmou que é preciso mudar a imagem no Brasil de que mineração é “garimpo ilegal”.

— É preciso trazer de volta o ambiente regulatório de segurança jurídica comprometido com o futuro, favorecendo

o retorno do capital que será investido na geração de emprego.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Victor Hugo Bicca, apontou defasagem do Código de Mineração, de 1967, que passou por uma única atualização, em 1996.

— O modelo se esgotou. É preciso avançar, oxigenar. É preciso haver novos investimentos. A sociedade exige isso do poder público e é o que buscamos.

Prorrogação de licença

Advogado e professor da Universidade de Brasília (UnB), Adriano Drummond Cançado Trindade disse que a MP não só aumenta o prazo de pesquisa, como também elimina “buracos”, como o que obrigava o titular a interromper a pesquisa no momento de prorrogação da licença.

Representante do Ibama, Juliana Rocha destacou que a MP deixa clara para o empreendedor a obrigação de recuperação de áreas degradadas.

O relator da MP, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que o Ibama deveria delegar a concessão de licença ambiental aos estados, e estes aos municípios, para agilizar as pesquisas minerais.

Para prefeituras, royalties de mineradora são baixos

O consultor de Relações Institucionais da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, Waldir Salvador, criticou ontem o papel das mineradoras na economia dos municípios. Em audiência pública, ele afirmou que as empresas exploram o produto, mas não dão retorno financeiro suficiente, por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (Cfem).

— A Cfem é uma receita patrimonial, é o que cobramos das mineradoras para sermos explorados, para revenderem o produto, que é do país. Mineradora nenhuma produz minério. Quem produz minério é o subsolo rico da nação brasileira. As mineradoras beneficiam o minério.

O consultor participou de uma audiência promovida pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP)

789/2017, que altera a forma de cálculo da receita decorrente da Cfem. Atualmente, o valor máximo da alíquota da Cfem para o minério de ferro, por exemplo, é de 3%. Caso a MP seja aprovada, pode chegar a 4%.

Um dos principais pontos da medida provisória é a alteração da cobrança dos royalties, que hoje são calculados sobre o faturamento líquido da empresa. Pela MP, serão baseados na receita bruta da venda do minério.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a atual forma de cobrança dos royalties prejudica os municípios que estão nas áreas com maior volume de minérios.

— Está todo mundo querendo saber como é que o Congresso Nacional vai fazer justiça com os estados e os municípios mineradores. Da forma que está hoje, não pode continuar — afirmou o senador.

Comissão discute criação da Agência Nacional de Mineração

A comissão mista instituída para analisar a medida provisória que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral faz hoje audiência pública para debater o tema. Foram convidados representantes dos Ministérios de Minas e Energia e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A expectativa da comissão é de que os convidados falem sobre a proposta de criação da agência reguladora e de tópicos como atribuições, pesquisa mineral e situação patrimonial da nova autarquia.

A Agência Nacional de Mineração substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão do Ministério de Minas e Energia. A função da agência será implantar as políticas nacionais para atividades de mineração e estabelecer normas para o

aproveitamento dos recursos minerais, observando as políticas de planejamento setorial.

A MP 791/2017 foi editada com outras duas para alterar o marco legal do setor de mineração: a MP 789/2017, que trata dos royalties da mineração e eleva as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários, e a MP 790/2017, que altera o Código de Mineração e a lei de exploração mineral em pontos referentes às normas para a pesquisa, que envolve execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, avaliação e determinação do seu aproveitamento econômico.

A comissão é presidida por Lasier Martins (PSD-RS) e tem como relator o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



O senador Paulo Rocha (C) conduz debate sobre royalties da mineração

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Relator propõe alterações em regras para Uber

Chaves rejeitou projeto aprovado na Câmara e apresentou texto que obriga veículos a ter seguro contra acidentes e permite a motorista trabalhar para mais de um aplicativo

O SENADOR PEDRO Chaves (PSC-MS), relator do projeto que regulamenta serviços de transporte por aplicativo, como Uber, Cabify e 99, elaborou um novo texto com alterações na proposta original, já aprovada pela Câmara.

O substitutivo foi apresentado ontem em reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e reúne partes de três projetos sobre o tema: o PLS 530/2015, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o PLS 726/2015, do senador Lasier Martins (PDT-RS), e o PLC 28/2017, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

O presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA), concedeu vista coletiva do novo texto. Nos próximos dias, pode ser aprovado pedido de urgência para que o substitutivo vá para o Plenário do Senado após aprovação pela CCT, o que pode ocorrer na próxima semana. Se a urgência não for aprovada, o projeto terá de ser analisado por outras quatro comissões antes do Plenário.

Mudanças

Pelo substitutivo de Chaves, o serviço de transporte contratado por aplicativos será denominado “transporte privado individual remunerado”.

Os veículos usados deverão estar com impostos e multas de trânsito em dia e quitados e possuir seguro para acidentes pessoais a passageiros. Não será obrigatório que o motorista seja o dono do veículo.

Os aplicativos não poderão contratar motoristas que tenham antecedentes criminais



Otto Alencar, presidente da comissão, ouve Pedro Chaves ler o relatório

relativos a: crimes de trânsito, crimes contra a dignidade sexual, homicídio, lesão corporal grave ou seguida de morte, sequestro e cárcere privado, tráfico de pessoas, roubo e extorsão mediante sequestro e outros crimes “praticados mediante violência contra a pessoa ou grave ameaça”.

O substitutivo obriga os provedores dos aplicativos a manter um cadastro dos motoristas, com cópias da CNH, da apólice de seguro, do comprovante de inscrição no INSS e da folha de antecedentes da polícia.

Os donos ou responsáveis pelos aplicativos ficam, pelo texto, obrigados a manter sede, filial ou representação no Brasil e enviar ao usuário, antes do início da viagem, nome e fotografia do condutor e placa do veículo e armazenar informações sobre as viagens feitas.

Os provedores do aplicativo também ficarão proibidos de exigir exclusividade dos motoristas, que poderão prestar

serviço a outros aplicativos.

Os motoristas também terão obrigações, como manter o veículo em boas condições de manutenção e limpeza, atender ao cliente com prontidão e urbanidade e usar vestimentas adequadas.

Eles ficarão proibidos de oferecer serviços diretamente ao consumidor sem o uso de aplicativos e também em paradas de ônibus e pontos de táxi.

Concorrência

Chaves explica no relatório que o substitutivo garante a livre concorrência e a liberdade de preços e não exige que os aplicativos tenham autorização concedida pelo poder público, para evitar excessiva burocratização. Ele destaca ainda que os veículos não precisarão ter placas especiais.

“A concorrência no mercado de transporte individual de passageiros provocou a redução dos preços das corridas e possibilitou a milhões de novos usuários o acesso a esse ser-

Empresa de transporte por aplicativo defende amplo debate

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem representantes da 99 Taxis, empresa de transporte em que os passageiros pedem carro por aplicativo. Na pauta do encontro, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2017, que trata da regulamentação dos serviços de transporte remunerado individual por meio de aplicativos.

— O objetivo dessa reunião foi debater o PLC 28, que está tramitando aqui na Casa, e apresentar contribuições técnicas para esse projeto. A gente acredita que esta proposta precisa de um amplo debate. Tem que passar por todas as comissões para garantir que os interesses sociais sejam preservados. A gente é contra o pedido de urgência. Somos

a favor de uma regulamentação que seja amplamente debatida — afirmou o diretor institucional da 99, Matheus Moraes.

O presidente do Senado disse que está avaliando o assunto e que não há previsão para o projeto entrar na pauta do Plenário nesta semana.

Aprovado em abril pela Câmara dos Deputados, o projeto determina uma série de exigências para que esse tipo de serviço possa funcionar, incluindo uma autorização prévia das prefeituras.

— O presidente expressou o sentimento do Senado em relação ao desenvolvimento regional e à distribuição dos impostos. — disse Matheus.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

viço”, diz Chaves no relatório.

A importância da regulamentação do serviço foi destacada pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Hélio José (PMDB-DF), Lasier Martins (PSD-RS) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Estudo

Um estudo da Consultoria Legislativa do Senado elaborado em 2016 mostra que os aplicativos prestam um ser-

viço de natureza distinta dos táxis, cuja função é de serviço público. Por isso, diz o estudo, o Estado concede aos taxistas “vantagens econômicas”, na forma das permissões.

Já o transporte por aplicativo não deve ser enquadrado em regime de permissão e concessão, sustenta o estudo, visto que ele “tem caráter opcional, não essencial e sujeito a livre iniciativa”. Ao poder público, diz o texto, caberá garantir a livre concorrência entre as diferentes empresas do ramo.

Aprovado projeto que exige cobertura de celular em estradas

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem, em turno suplementar, o projeto de lei que obriga as operadoras telefônicas a garantir a cobertura de sinal de celular nas rodovias estaduais e federais.

De acordo com o PLS 5/2017, aprovado na forma de um substitutivo, a autorização para as empresas prestarem serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo ficará condicionada à obrigação de cobertura em toda a extensão das estradas na área que for objeto da outorga.

Aprovado na semana passada em primeiro turno pela CCT, o projeto segue para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.

O projeto, de Cássio Cunha

Lima (PSDB-PB), estabelece que a cobertura poderá ser compartilhada, desde que abranja todos os usuários das diferentes operadoras, sem custo adicional para eles. A parte dos custos da mudança que não possa ser recuperada com a exploração do serviço será coberta pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Essa possibilidade não é prevista na legislação para serviços prestados em regime privado. O prazo máximo para implantação é de cinco anos, determina o projeto.

O substitutivo, de Otto Alencar (PSD-BA), estabelece que a determinação vale apenas para as futuras outorgas de prestação de serviço de telecomunicação móvel.

A CCT ainda aprovou alguns requerimentos de informação.



Ivo Cassol (C) preside audiência da comissão, que avalia prioridades da pesquisa agropecuária no Brasil

Produtores rurais pedem mais acesso a tecnologia

Em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senadores, produtores e autoridades defenderam políticas específicas para aumentar a oferta de veterinários e agrônomos e facilitar o acesso às novas pesquisas e tecnologias do campo, como sementes, equipamentos e adubos.

O presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Valmisoney Jardim, destacou a atuação conjunta

da agência com a Embrapa, mas disse que muitos avanços ainda não chegam aos pequenos e médios produtores.

— É preciso fazer com que as pesquisas já existentes cheguem até o produtor. E não estamos falando de tecnologia só de máquinas e implementos. Muitas vezes é a maneira de o produtor fazer a gestão da propriedade, cuidar do rebanho, dos recursos naturais existentes. Isso é utilizar tecnologia.

Os senadores também des-

tacaram que a modernização ajuda a aumentar a produção de alimentos e a renda dos trabalhadores. Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a importância das novas tecnologias.

— De toda a produção agropecuária brasileira, 68% é tecnologia. Por isso chegamos aonde chegamos. Até o final deste ano, a CRA vai analisar os problemas e prioridades da pesquisa agropecuária no Brasil e sugerir mudanças na lei para aperfeiçoar a política do setor.

Indicado para a Ancine critica prazo curto de incentivos da MP do Recine

Prorrogação até dezembro deste ano é insuficiente, defendeu procurador, cuja indicação foi aprovada em comissão e segue para o Plenário

INDICADO PELO GOVERNO para a direção da Agência Nacional de Cinema (Ancine), o procurador federal Alex Braga Muniz afirmou que o Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) precisa ser prorrogado por um período de tempo superior ao previsto na MP 796/2017 (MP do Recine), que é 31 de dezembro deste ano. A opinião foi dada ontem durante sabatina na Comissão de Educação e Cultura (CE), que aprovou a indicação de Muniz.

Também foi aprovado o regime de urgência para a análise da indicação pelo Plenário do Senado. Caso tenha seu nome confirmado, Muniz substituirá na direção da Ancine o atual ministro da Cultura, o jornalista Sergio Sá Leitão.

Incentivo

O Recine foi criado em 2012 com vigência prevista até março deste ano. O programa teve a vigência inicialmente prorrogada para o fim deste ano pela MP 770/2017. Na análise da MP pelo Congresso, o prazo foi estendido até o final de 2019. Esse texto final, porém, acabou sendo vetado pelo presidente Michel Temer. Ele então enviou a MP 796, restabelecendo o prazo apenas até o final de 2017.



Alex Braga Muniz passa por sabatina na Comissão de Educação e Cultura, presidida pela senadora Lúcia Vânia

Braga Muniz defende o Recine, lembrando que a política de incentivo fiscal influenciou diretamente na abertura de um número “muito expressivo” de salas de cinema por todo o país. Mas defende que a prorrogação do incentivo precisa ser algo suficiente para um planejamento realista por parte dos empresários da área.

— É pouco factível imaginar que o empresário vai enveredar para a abertura de uma sala e apresentar um projeto para ser aprovado com base num mecanismo que dura alguns meses. É necessário um ciclo maior de tempo para que ele possa planejar seu modelo de negócios, trabalhando a autossustentabilidade desse empreendimento — afirmou Muniz.

Para a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), o veto à MP 770 e a edição do novo texto demonstram que o governo Temer age de forma “insensata” em relação à área cultural.

Prorrogação

Ela confirmou que o PT voltará a trabalhar para que a MP retome o prazo de vigência do benefício fiscal pelo menos até o final de 2019, e que o veto de Temer ao texto aprovado pelo Congresso faz parte de um quadro maior daquilo que chamou de “desprezo pela cultura nacional”.

— Esse desprezo se traduz no orçamento previsto para a área cultural em 2018. O governo reservou míseros R\$ 143 milhões para toda a área cultural, tão estratégica

na definição da identidade e da cidadania. Em 2015 foram R\$ 772 milhões — afirmou Fátima.

Apesar da crise econômica, Braga Muniz reforçou a relevância que continua tendo o mercado audiovisual para o país. O setor mantém nos últimos anos uma taxa de crescimento ao redor de 9% ao ano, que deve voltar a se repetir em 2017. Ele reforçou ainda que, segundo dados de 2014, o setor sozinho movimentou R\$ 24,5 bilhões, com impacto positivo no que se refere à geração de empregos e renda.

Ele defendeu ainda a regionalização dos investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), por meio de parcerias com os governos estaduais e municipais.

Senado deve criar prêmio de incentivo à cultura brasileira

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que cria a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo (PRS 14/2017).

A pedido da autora do texto, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), também foi concedido regime de urgência à análise da proposta pela Comissão Diretora da Casa.

Pelo projeto, a comenda deve ser concedida todos os anos, em data a ser definida, a cinco personalidades, grupos ou instituições que ofereçam

contribuição relevante ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais do Brasil.

A indicação dos candidatos poderá ser feita por qualquer senador e os agraciados serão definidos por um conselho específico, que terá a participação de todos os partidos com representação na Casa.

A proposta de criação da comenda foi bastante elogiada pelos senadores. Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou sentir-se “espantado” que apenas agora, após quase

200 anos de história, o Senado esteja criando um prêmio de reconhecimento aos produtores e ativistas da rica cultura e do folclore brasileiros.

O relatório aprovado foi elaborado por Lindbergh Farias (PT-RJ) e defendido na comissão por Cristovam Buarque (PPS-DF). O senador pelo DF elogiou a iniciativa por fazer um resgate da contribuição dada à cultura brasileira pelo sociólogo, etnógrafo e folclorista Luís da Câmara Cascudo e disse querer compor o conselho da comenda.

— Câmara Cascudo é um dos responsáveis pelo estabelecimento do imaginário deste país. É muito positivo que o Senado valorize nossa riquíssima cultura e folclore.

A iniciativa de Fátima também foi apoiada pela presidente da CE, Lúcia Vânia (PSB-GO), e por José Medeiros (Pode-MT). A senadora potiguar espera que a primeira edição do prêmio já aconteça em 2018, e que sua efetivação também orgulhe a cultura do Rio Grande do Norte, estado natal de Câmara Cascudo.

José Bonifácio pode ser declarado Patrono da Independência

A Comissão de Educação (CE) aprovou o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que declara oficialmente o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva como o Patrono da Independência do Brasil. O PLC 94/2017 segue agora para análise do Plenário do Senado.

Para Anastasia, embora seja considerado, de modo amplamente difundido, como

o arquiteto do processo de independência (consolidado em 1822), falta ainda à memória de José Bonifácio “o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro”.

— Esteve na vanguarda da luta autonomista. Em 1821, quando a Corte portuguesa determinou que dom Pedro retornasse a Portugal, Bonifácio escreveu-lhe uma carta

pedindo que ficasse no Brasil. Certamente deve-se à influência dele a adesão de dom Pedro à causa. Há autores que consideram que foi graças à sua orientação que a independência se deu sem choques.

Escolas

Também ontem foi aprovado em turno suplementar o substitutivo de Marta Suplicy

(PMDB-SP) a projeto de Cristovam Buarque (PPS-DF) que estabelece padrões mínimos para construção, adequação e equipamento pedagógico das escolas de educação básica (PLS 525/2009).

A proposta pode seguir para a análise da Câmara dos Deputados, se não receber emendas para apreciação em Plenário do Senado.

Ana Amélia elogia ação do TCU pela boa governança

Ana Amélia (PP-RS) saudou a iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU) de realizar um



evento estimulando a boa governança nos órgãos públicos. A senadora citou a priorização do biodiesel no governo Lula como exemplo de política pública mal planejada. Segundo ela, outro exemplo é o tratamento dado aos Correios, que hoje sofre com problemas causados pelo aparelhamento da empresa nos últimos governos.

— O setor público é pouco planejado e isso custa caríssimo à sociedade brasileira, que paga impostos salgados e recebe péssimos serviços.

Medeiros defende tecnologia para combater tráfico

José Medeiros (Pode-MT) registrou a violência e a insegurança vividas na favela da Rocinha, no



Rio de Janeiro. Segundo ele, a situação é a mesma nos grandes centros brasileiros, onde a criminalidade é alimentada pelo tráfico de drogas.

O senador disse que o narcotráfico se origina em países vizinhos, que são os maiores fabricantes de drogas do mundo, e que seria mais fácil combater o tráfico antes da entrada da droga no Brasil.

— Se investirmos em scanners, tecnologias que possam ajudar nesse combate, o Brasil diminuirá esses índices.

Lindbergh: Temer não resolve crise da economia

Lindbergh Farias (PT-RJ) lamentou a situação da economia brasileira, a qual ele atribuiu ao fracasso das forças políticas que afastaram Dilma Rousseff da Presidência da República. Ele contestou a bancada governista, para quem há recuperação econômica consistente, e acusou o presidente Michel Temer de governar a favor dos ricos.

— Eles diziam que era só tirar Dilma: “Tira a Dilma que os empresários vão retomar a confiança e vão investir”. Pois bem, no trimestre passado houve um crescimento de apenas 0,2% do PIB.